PROCESSO Nº

: 10314.003483/94-96 : 14 de outubro de 1998

SESSÃO DE RECURSO N.º

: 119.150

RECORRENTE

: PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

RECORRIDA

: DRJ/SÃO PAULO/SP

# RESOLUÇÃO Nº 303-719

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência ao Labana, através da Repartição de Origem, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

Brasília-DF, em 14 de outubro de 1998

JOÃO HOLANDA COSTA

Presidente

PROCERACIONACIRAL DA FAZENTA MACIONA Coordenação Geral - Espasaniação Extrajudicia

En 05 000 259

LUCIANA CORTEZ RORIZ PONTES
Procuradora da Fazenda Nacional

SÉRCIO SHLVEIRA MELO

Relator

0 5 JAN 1999

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: ISALBERTO ZAVÃO LIMA, GUINÊS ALVAREZ FERNANDES, ANELISE DAUDT PRIETO, MANOEL D'ASSUNÇÃO FERREIRA GOMES e TEREZA CRISTINA GUIMARÃES FERREIRA (Suplente). Ausente o Conselheiro NILTON LUIZ BARTOLI.

RECURSO N° : 119.150 RESOLUÇÃO N° : 303-719

RECORRENTE : PRODUQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

RECORRIDA : DRJ/SÃO PAULO/SP

RELATOR(A) : SÉRGIO SILVEIRA MELO

### RELATÓRIO

Em ação fiscal levada a efeito contra PRODUQUIMICA IND. E COM. LTDA., qualificada nestes autos, em razão de haver importado diversas mercadorias, sobre as quais entendeu o exator, ocorrera classificação incorreta. De consequência teve contra si lavrado Auto de Infração em 17/08/94 nos seguintes termos:

"A empresa qualificada no anverso submeteu a despacho pela DI nº253724/93 o produto descrito como MICRO NUTRIENTE UTILIZADO PARA A FERTILIZAÇÃO DO SOLO, COM UM CONTEÚDO APROXIMADO DE 15% DE TRIÓXIDO DE MOLIBDENIO E 4% DE OXIDO DE COBALTO, classificando-o no código TAB 3823.90.9918, com alíquota de 0% para o I.I. e de 0% I. O desembaraço, por se tratar de produto químico, foi efetuado sob o amparo da IN 14/85, com a retirada de amostras, para exame laboratorial e expedição de Laudo de análise, tendo a empresa na ocasião, assinado Termo de Responsabilidade por eventual divergência do produto importado, quando do retorno do certificado de análise. Em ato de revisão, a fiscalização constatou, a vista do Laudo de análise (fls. 15/17), que o produto importado se tratava de **MISTURA** COMPLEXA CONTENDO ÓXIDO COBALTO, ALUMÍNIO. DE MOLIBDENIO, DE SUBSTÂNCIAS PREDO MINANTES, ALÉM DE OUTRAS SUBSTÂNCIAS COM METAIS PESADOS, COMO ARSÊNIO, CHUMBO CÁDMIO E MERCÚRIO, nas proporções apontadas no referido Laudo, e cuja classificação fiscal é 3823.90.9900, com alíquotas de 20% para o imposto de importação e 10% para o IPI."

A recorrente, inconformada, não concordando com o exposto no Auto de Infração, promoveu tempestivamente impugnação, fazendo-a conforme os termos abaixo:

- 1. A Recorrente afirma ser o produto importado na DI em referência um Micronutriente utilizado na agricultura, conforme atesta inclusive o Parecer fornecido pela Universidade de São Paulo (fls.23/31), e o Registro do produto junto ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária (fls.32/33).
- Verificou a impugnante através do Laudo de análise anexado ao Auto de Infração, que os níveis de Cobalto e Molibdênio encontrados na mercadoria

RECURSO N° : 119.150 RESOLUÇÃO N° : 303-719

importada eram respectivamente de 14,3% e 2,7%, conforme o declarado na GI. Quanto aos níveis de Cádmio e Mécurio, encontravam-se abaixo dos níveis de detectação, sendo assim improcedente a afirmação de que o material importado continha estes elementos.

- 3. Com relação aos níveis de Chumbo e Arsênio encontrados, esclareceu que a quantidade eram baixíssimas, sendo praticamente impossível encontrar na natureza substâncias 100% puras. Os baixos teores apenas comprovam a boa qualidade do material para o fim a que se destina.
- 4. Finalizando, a impugnante solicitou a manutenção da classificação fiscal nº 3823.90.9918 e o cancelamento dos débitos impostos a si.

O julgador de primeira instância julgou a ação Fiscal procedente e assim ementou:

## CLASSIFICAÇÃO TARIFÁRIA

A divergência entre a mercadoria declarada e a efetivamente importada, constatada através de laudo técnico, implica no recolhimento do I.I e IPI referente a diferença de alíquotas, inclusive, com as multas previstas em Lei.

#### AÇÃO FISCAL PROCEDENTE.

A fundamentação do julgador singular pode ser assim resumida:

- 1. Afirma o Sr. Delegado que o parecer fornecido pelo Centro de Energia Nuclear na Agricultura da USP (fls.26/31) fez sua análise com base nos laudos de análises 5618, 5677 e 0093, emitido pelo Laboratório de Análises do Ministério da Fazenda. Não obstante a credibilidade que o mesmo possui , tal Laudo nada tem a ver com o laudo fornecido pelo Labana, juntado às fls. 16 e17, de número 1565. As alegações da ora recorrente não procedem, já que a mesma deixou de mencionar em sua impugnação, que na composição química do produto, por ela importado, existia um percentual de 60,7% de óxido de alumínio, percentual este que não pode ser considerado abaixo dos níveis de detectação.
- 2. Cita o Sr. Julgador parte do texto do Decreto 86.955/82, segundo o qual são considerados micronutrientes o boro, cloro, cobre, ferro, manganês, molibdênio, zinco e cobalto, expressos nas formas de B, Cl, Cu, Fe, Mn, Mo, Zn e Co, respectivamente. Pode-se observar que não existe alumínio na composição de micronutrientes segundo o conceito dado pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.

Irresignada com a decisão de 1ª Instância, a Recorrente apresentou Recurso Voluntário a este 3º CC, tempestivamente, ratificando as razões da Impugnação e acrescentando:

RECURSO N°

: 119.150

RESOLUÇÃO Nº

: 303-719

1. Com o intuito de dissipar dúvidas que porventura persistam a Recorrente juntou ao recurso declaração do Ministério da Agricultura, que atesta que a empresa, além de legalmente habilitada perante aquele órgão, é por ela autorizada a comercializar o produto importado.

2. Afirma a recorrente ser incorreta a conclusão a que chegou o julgador singular. Em relação ao Óxido de Alumínio encontrado em alta quantidade, diz a mesma tratar-se apenas de um veículo para dispersar os nutrientes que compõem o produto. Tal veículo disperso é parte constituinte do produto, sem, contudo, ter qualquer interesse comercial na fabricação de fertilizante.

A procuradoria da Fazenda Nacional, apresentou Contra-Razões propondo a manutenção integral do auto de infração.

É o relatório.

RECURSO Nº : 119.150 RESOLUÇÃO Nº

: 303-719

#### VOTO

Trata-se o presente recurso de importação de micronutrientes utilizados para a fertilização do solo, efetuada por Produquímica Indústria e Comércio Ltda., através da DI nº 253724/93.

A mercadoria importada foi descrita pela Recorrente como sendo composta aproximadamente por 15% de trióxido de molibdênio e 4% de óxido de cobalto. Entretanto, o Laudo do LABANA constatou que a mercadoria importada possuía, além das propriedades mencionadas, outros componentes, tais como: óxido de alumínio, chumbo, arsênio, cádmio e mercúrio.

A recorrente, em sua defesa, anexa aos autos Parecer fornecido pela Universidade de São Paulo confirmando tratar-se o referido produto de micronutriente, conforme descrito pela ora recorrente. Ocorre que referido parecer, como dito no relatório, fez sua análise com base nos laudos de análises 5618, 5677 e 0093, emitido pelo Laboratório de Análises do Ministério da Fazenda não tendo nada a ver com o laudo fornecido pelo Labana, juntado às fls. 16 e17, de número 1565.

Diante do exposto, voto no sentido de converter o julgamento em diligência, devendo os autos retornarem à Repartição de Origem para serem encaminhados ao Labana para informar, com relação ao Óxido de Alumínio encontrado se o mesmo trata-se de um veículo para dispersar os nutrientes que no laudo fls. compõe o produto, sem alterar o uso como fertilizante.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 1998

SÉRGIO SILVEIRA MELO - Relator